



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 08/2021

----- Aos dezanove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e um, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, não presencial, sob a presidência de Luís Filipe Santana Dias, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Miguel Filipe da Silva Santos, Maria Leonor Magalhães Fragoso, Daniel Alexandre Pulquério Pinto, Vera Alexandra da Costa Simões e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Pelas catorze horas e trinta e seis minutos, verificando-se a existência de quórum, o Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Quatro milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, oitocentos e treze euros e oitenta e sete cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: Duzentos e três mil, quinhentos e sessenta e dois euros e doze cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- Não havendo assuntos para conhecimento seguiu-se o período de Intervenção dos Membros do Executivo. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Iniciou a intervenção referindo-se ao Decreto-Lei nº 7/2021, de 17 de abril, que regulamenta o Estado de Emergência e onde é feita menção a Rio Maior, que regrediu neste desconfinamento. Disse que compreendia a indignação do Senhor Presidente e também partilhava um pouco da mesma, considerando o número de casos ativos em Rio Maior, um concelho com cerca de vinte mil pessoas. Assim, referiu que o que ia

dizer não deve ser entendido como uma crítica depreciativa, até porque reconhecia características de líder ao Senhor Presidente da Câmara, contudo, pensa que tem de haver alguma serenidade, daí que ao ler um *post* seu no *facebook* considerou que talvez tivesse sido excessiva a expressão “não gozem connosco” “vão gozar com outros, com os riomaiorenses, não”, porque apesar de compreender a indignação, na sua posição, e como Presidente da Câmara, deve ter um pouco mais de serenidade, tentar acalmar as hostes, para que se consiga prosseguir no bom caminho, e, rapidamente, Rio Maior voltar ao mesmo patamar de desconfinamento do resto do País.-----

----- Terminou a intervenção manifestando a sua disponibilidade para ajudar no que for necessário e apelou ao bom senso e à serenidade do Senhor Presidente da Câmara, características que sempre tem constatado, até na condução das reuniões de Câmara, porque quando fica escrito pode ser mal interpretado, daí apelar mais uma vez a essa serenidade e bom senso que lhe são características.-----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por se reportar aos setores da Cultura e do Turismo, que abrange também o setor da restauração e das bebidas, considerando que se aproxima a época alta para estes setores, dado que todos os portugueses que têm a possibilidade de fazer férias, fazem agora as suas reservas. Opinou que Rio Maior deve fazer tudo o que estiver ao seu alcance para captar turistas e promover o seu território por forma a que este verão de dois mil e vinte e um possa ser regenerador para todos operadores económicos, quer do ponto de vista das emoções, quer do ponto de vista das motivações e ainda da sustentabilidade financeira das empresas, para que assim todos os empresários deste setor recuperarem o tempo perdido.-----

----- Disse também que se verifica por todo o País que há operadores que já decidiram não abrir este ano, dado as inúmeras incertezas, considerando que os Países que enviam turistas para Portugal também estão muito condicionados. Desejou para o concelho tudo de bom e também para a Câmara Municipal que tem a responsabilidade de planear, esperando uma época alta de atividades económicas relacionadas com a Cultura e com o Turismo.-----

----- Ainda sobre estes setores questionou o Executivo sobre quais as iniciativas que estão planeadas para um setor altamente penalizado que começa agora a reabrir, desejando que estas atividades sejam alavancadas e apoiadas. Questionou também o que estava programado para as comemorações do centenário da Banda da Vila da Marmeleira, uma data muito importante e que deve ser assinalada pela Câmara Municipal.-----

----- Seguidamente saudou a iniciativa da Câmara Municipal sobre o “25 de Abril”, numa

altura em que parece que as liberdades estão um pouco condicionadas, opinando que esta comemorações continuam a ser importantes, assim como as comemorações do “25 de Novembro”, duas datas cruciais, opinando que a Câmara Municipal não deve desistir das atividades que são possíveis realizar *online* e lamentou que este ano não se realizassem as Jornadas da Juventude, tanto mais que a juventude está muito sensibilizada para as novas tecnologias, discordando em absoluto com a opção tomada.-----

----- Continuou a intervenção referindo-se à situação epidemiológica Covid-19 e lamentou que Rio Maior fosse um dos quatro concelhos que regrediram o que é altamente penalizador para a economia concelhia e enviou um abraço solidário ao Senhor Presidente e a todo o Executivo porque se trata de uma pressão enorme, afirmando que deveriam ser analisadas quais as iniciativas que foram tomadas pelos municípios que não regrediram. Aditou que, da análise que fez dos números apresentados, considera que a evolução é ligeiramente positiva. Disse também que tem acompanhado aqueles que se têm pronunciado publicamente sobre o assunto, nomeadamente, o Senhor Presidente, referindo que concorda que seja feita uma revisão da forma como o cálculo é efetuado, o qual se deveria basear na densidade populacional e na área territorial de cada município.-----

----- Para terminar questionou o Executivo sobre o ponto de situação da instalação da empresa Generis, dado tratar-se de um grande investimento para o Parque de Negócios. Questionou também qual o ponto da situação do processo relativo à instalação do Parque de Pesados em Rio Maior.-----

----- **VEREADOR MIGUEL FILIPE DA SILVA SANTOS** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre o Turismo disse que nos últimos dois anos este setor tem tido uma dinâmica diferente com base num Plano reestruturado logo após ter surgido o Covid-19, salientando que em breve estão em condições de arrancar com a campanha “Descubra Rio Maior”, com um conjunto de iniciativas de animação turística. Também referiu que durante todo este tempo foi feito investimento ao nível do turismo desportivo e do turismo de natureza que têm tido uma grande adesão. Disse ainda que estão criadas as condições para que o turismo volte em força, referindo também que vão continuar a promover todo o investimento feito, todas as infraestruturas criadas com o intuito de melhorar a visita para os turistas que visitam o concelho.-----

----- Terminou referindo-se à Semana da Juventude, recordando que dissera que vão aguardar que haja condições para a sua realização, salientando que a decisão foi tomada depois de ouvir todas as Associações Juvenis do concelho, que, unanimemente, decidiram que preferiam aguardar por melhores condições porque o que realmente

pretendem é que haja o convívio presencial.-----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio dizendo que a Cultura tem sido uma das grandes áreas penalizadas por esta situação, e o que se tem vindo a fazer é trabalhar em função das condições que vão sendo disponibilizadas, e, na Cultura, têm sido muito poucas porque ainda não foi possível abrir as salas de espetáculos, fazer ensaios de bandas e aulas de coletivo, por isso tem sido difícil preparar algum tipo de estrutura e organização. -----

----- Disse que se têm vindo a reprogramar atividades que já estavam planificadas em dois mil e vinte, repensando a sua reorganização, e, apesar de ser o centenário da banda da Vila da Marmeleira, não tem sido fácil promover qualquer tipo de atividade, porque não se pode reunir para organizar um ensaio e preparar um espetáculo, não se estando em condições de poder avançar. -----

----- Terminou referindo também que neste momento o digital já está em desgaste, e, por isso, o Executivo gostaria de promover uma atividade de forma presencial, mas tal ainda não é possível. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes, e em especial aos Vereadores Vera Simões e Miguel Santos pelo seu aniversário. -----

----- Em relação à Empresa Generis, disse que a empresa tinha adquirido um terreno com oito hectares, e que tinha sido assinado um contrato, com a Câmara Municipal com um determinado prazo, que previa também alguns benefícios, no entanto, a empresa solicitou uma prorrogação do referido prazo, reafirmando a intenção de fazer o investimento em Rio Maior, justificando, entre outras situações, também com o problema da pandemia. -----

----- Disse que depois do contrato assinado a escritura só foi feita cerca de um ano depois, porque havia a condição de se fazer a alteração ao Plano de Pormenor, juntando onze lotes num só, esta alteração teve início em janeiro e terminou em setembro, e, com toda a questão burocrática, esta situação arrastou-se cerca de um ano. -----

----- Continuou dizendo que o terreno pertencia à Generis, que continua a reafirmar que pretendem investir em Rio Maior. Sobre o pedido de prorrogação do prazo, informou que está a ser analisado pelos serviços. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio para responder às questões colocadas, começando por falar sobre o feriado “25 de Abril”, começando por agradecer as palavras do Vereador Daniel Pinto, referindo que este ano optaram por dar uma nova tônica a estas comemorações que devem chegar à população mais jovem e também aos mais desinteressados, tendo

convidado algumas personalidades de várias visibilidades políticas para poderem ter uma conversa entre “avós e netos”, no sentido de tornar mais acessível o teor, o experienciar e o sentir do “25 de Abril, daí que não será uma mera cerimónia solene que muito significa para todos os que estão ligados à política, mas que assim não é para a população em geral, daí que estas comemorações tenham de ser reinventadas, sendo isso que o Executivo está a tentar fazer.-----

----- Reportou-se à Banda da Vila da Marmeleira e informou que esta Câmara já atribuiu apoios devidamente fundamentados para a requalificação da sede da Associação da Casa do Povo da Vila da Marmeleira, no sentido de ajudar esta Associação a manter a sua atividade. Uma Instituição com cem anos que graças ao empenho de todos, Câmara e a boa gente da Vila da Marmeleira é continuamente revitalizada, expressando o seu agradecimento público.-----

----- Informou ainda que a Câmara tem um acordo com a Banda da Vila da Marmeleira no sentido de que assim que seja possível fazer uma retoma farão a reprogramação das comemorações do centenário da Banda, inclusive com um espetáculo no Cineteatro de Rio Maior, para assim dignificar essa data.-----

----- Quanto ao Parque de Pesados informou que apenas falta um parecer da I.P. para se poder lançar o concurso. Informou também que o mesmo fica situado junto ao Parque de Negócios.-----

----- Continuou a intervenção reportando-se ao ponto de situação do concelho relativamente ao Covid-19 e começou por dizer que não eram as divergências político/partidárias que possa ter com o Senhor Secretário de Estado Duarte Cordeiro, responsável pelas gestão do Covid nesta região, que o impediam de dizer que tem sido para o Executivo e para o concelho de Rio Maior um esteio na seriedade e um ombro amigo na resolução de problemas, ressaltando a sua simpatia, a sua atenção e a sua prontidão, sempre que é necessário contactá-lo, referindo que tem sido incansável.-----

----- Seguidamente passou a ler o email que endereçara ao Chefe de Gabinete do Senhor Primeiro Ministro, Dr. Vitor Escaria, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Tomo a liberdade de escrever a V. Exa por forma a conseguir transmitir ao Sr Primeiro Ministro alguns dados que me parecem importantes para uma reanálise da situação epidemiológica no Concelho de Rio Maior, que levará por certo a uma requalificação do mesmo no panorama de risco definido a nível nacional.-----

----- Rio Maior, apresentava já ontem (domingo, 18 de Abril) 201 casos / 100.000 habitantes, situando-se então entre os 120 e os 240 casos por 100.000 habitantes, cumprindo com os critérios necessários para poder manter-se no nível de desconfinamento em que nos encontrávamos na última semana.-----

----- Hoje, no dia em que entram em vigor todas as diferentes medidas, para os

diferentes Concelhos, de acordo com o estado epidemiológico de cada um, temos municípios em cujo território se verifica um número crescente de casos e que ainda assim estão a seguir no desconfinamento, acrescentando com isso a probabilidade deste crescimento poder vir a ser agravado, enquanto que em oposição, Concelhos como o que tenho a honra de presidir, estão numa clara tendência de descida, tendo atingido já o patamar necessário para manter as condições que tínhamos anteriormente e que estão a “fechar portas”.-----

----- Assim, terei a ousadia de propor ao Sr. Primeiro-Ministro algumas considerações, cujo objetivo é o de melhorar a resposta do País à pandemia, tentando tornar mais justa a avaliação que fazemos dos Concelhos. Importa esclarecer, que pese embora a mim me caiba a gratificante tarefa de Presidir à Câmara Municipal de Rio Maior, sinto que serão critérios mais justos para todo o território.-----

----- Introdução de fatores de correção no apuramento da situação epidemiológica de cada Concelho:-----

----- Densidade Populacional - No combate a uma doença, cuja transmissibilidade é tanto maior quanto a proximidade entre indivíduos, parece-me essencial que a densidade populacional possa ser tida em linha de conta, ajustando de forma mais próxima à realidade a análise da situação epidemiológica de cada Concelho, evidenciando um dos fatores de risco essenciais.-----

----- Relatório da tendência evolutiva da Pandemia – Um parecer da Direção Geral de Saúde, que possa atestar a tendência de determinado Concelho no momento da tomada de decisão. Um Concelho que se situe num ponto onde a inversão positiva da situação epidemiológica esteja a uma curta distância de ser alcançada, poderá mais facilmente receber um “voto de confiança” no sentido de, mantendo a referida tendência, poder acompanhar as medidas de desconfinamento.-----

----- Periodicidade mais curta das avaliações – No tempo em que vivemos, as pequenas e médias empresas vivem tempos de autêntica agonia financeira. Cada dia que passa, e com graves constrangimentos à sua atividade normal, verificamos um crescimento exponencial das dificuldades sentidas pelos empresários. Assim, para Rio Maior, como acredito para os outros concelhos em situação semelhante, uma periodicidade mais curta da avaliação, no pressuposto do cumprimento dos critérios naqueles concelhos ser atingido mais cedo, seria bastante redutora dos prejuízos causados. -----

----- Gostaria de transmitir ao Senhor Primeiro Ministro, que Rio Maior é hoje sem dúvida, um dos Concelhos mais testados *per capita* do país. As autoridades de saúde com todo o apoio deste Município e de várias estruturas da sociedade civil, a quem penhoradamente agradecemos, efetuaram nos últimos 15 dias em Rio Maior mais de 3000 testes, só nas ações de testagem dirigidas à população em geral, comunidades

escolares, empresas, etc. não contabilizando neste número os testes prescritos pela “normal” atividade dos profissionais de saúde. Pese embora todo este aumento massivo do número de testes, os resultados têm sido claramente animadores, bem refletidos na descida do número de casos ativos atual (27) o que nos transmite claramente a certeza de que a situação epidemiológica do Concelho, não nos permitindo perder o foco neste combate, não será de todo tão gravosa como as medidas que atualmente nos são impostas.-----

----- Aproveitava também a oportunidade para transmitir ao Senhor Primeiro Ministro, a opinião generalizada que se vive neste momento no Concelho. A população e as entidades Riomaioreses, fizeram todo o esforço para que conseguíssemos cumprir os critérios definidos pelo governo de Portugal, conseguimos-lo com 2 dias de atraso relativamente ao dia de avaliação (5ª feira última). No momento em que falamos temos já condições para, com todos os cuidados que a situação exige, acompanharmos os concelhos que mantiveram as medidas anteriores. Esta possibilidade seria imprescindível para a continuidade da laboração de muitas pequenas e médias empresas do Concelho, e vital para a sua continuidade.-----

----- Senhor Primeiro Ministro, faço-lhe humilde e encarecidamente o pedido de poder encontrar forma de procedermos a uma reavaliação da situação atual do Concelho de Rio Maior, desejando obviamente que esta reavaliação possa ser feita em todos os Concelhos com condições idênticas.-----

----- Terminava, disponibilizando-me inteiramente para poder responder a qualquer dúvida que pudesse ter permanecido após esta minha comunicação, e agradecendo a sensibilidade do Governo e do Senhor Primeiro Ministro na análise a esta questão.-----

----- Por Rio Maior e por Portugal, ultrapassaremos juntos este enorme desafio”.-----

----- Aditou que já ontem Rio Maior cumpria o critério para manter o nível de desconfinamento que tinha nas duas semanas anteriores, salientando mais uma vez que não lhe parecia justo que se obrigue um concelho com o atual número de casos a aguardar catorze dias para poder desconfinar.-----

----- Sobre a intervenção do Vereador Daniel Pinto disse que a baixa densidade é muito complicada para ter rácio como é facilitadora para deixar de o ter e deu como exemplo o caso de Barrancos que tem apenas duas pessoas infetadas, opinado que esse confinamento significa subverter aquilo que é o controlo epidemiológico e impede a vida económica de um concelho. Assim aquilo que os outros fizeram foi conseguir impedir as cadeias de transmissão, como Rio Maior fez e cuja redução de casos ativos foi de cerca de cinquenta por cento. Aditou que, na presente data, acumulado aos últimos catorze dias, por cem mil habitantes, existem duzentos e um casos, e a um de fevereiro, quando havia seiscentos e quarenta e sete casos ativos, e que significava mais de três

mil casos por cem mil habitantes, não fora contactado nem pelo Governo, nem pela Comunicação Social, opinando que não se pode transformar a pandemia numa “palermia” porque dessa forma se perde o respeito das pessoas e Rio Maior não consegue compreender como é que se fecha um concelho com apenas vinte e sete casos ativos, ressaltando que o critério não é o número de casos no dia.-----

----- Referiu também o caso do concelho de Almeirim que em algumas publicações era considerado, por uma nova ordem socialista que está a surgir, como um caso de excelência do trabalho realizado no combate ao Covid-19, contudo neste momento, infelizmente, é o pior concelho do distrito no número de casos ativos, considerando que o Presidente da Câmara daquele concelho tudo tem feito para minorar esta questão.---

----- Ainda no uso da palavra e quanto ao propalado imiscuir das Câmaras Municipais na Saúde Pública e sobre o centro de vacinação que o município tem preparado para ser utilizado, caso exista essa necessidade, disse que questionara o Centro de Saúde nesse sentido e a informação dada foi de que tinham todas as condições para o fazer e que, de momento, não iriam deslocar a vacinação para não aumentar os riscos. Posteriormente voltou a fazer contactos nesse sentido e foi informado de que, provavelmente, iriam necessitar de uma tenda para utilizar no tempo de vigilância após a toma da vacina, sendo que, após tratar do assunto com os prestadores destes serviços, foi informado de que já não seria necessário porque tinham conseguido resolver a questão do espaço, daí que, mais não poderia fazer.-----

----- Disse ainda que, contrariamente ao que foi dito pelo Vereador Daniel Pinto, Rio Maior tem tido uma baixa de casos ativos muito acentuada, com menos cinquenta casos, esforço este que se deve à Câmara, mas principalmente aos riomaiorenses, que têm adotado comportamentos corretos, contribuindo também para isso o reforço da fiscalização.-----

----- Finalizou a intervenção dirigindo-se à Vereadora Vera Simões, dizendo que compreendia muito bem as suas palavras, pelo que lhe solicitou que também compreendesse o que iria dizer. Assim, referiu o peso do cargo que ocupa e como “quem não se sente não é filho de boa gente”, sentia que Rio Maior e os concelhos que estão em iguais condições não estão a ser tratados com a seriedade que a situação exige, frisando que, apesar do Governo estar a fazer a aplicação direta dos critérios implementados, acreditava que as sugestões feitas em nada prejudicam o combate à Pandemia e muito ajudariam na recuperação económica do concelho, pelo que sentira que não estava a haver a compreensão com Rio Maior que entendia que deveria haver.-

----- Finalizou a intervenção dirigindo-se à Vereadora Vera Simões referindo que espera não a ter envergonhado enquanto seu Presidente e se isso aconteceu apresentava as suas desculpas.-----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que foi uma das visadas da vacinação no fim-de semana, e, como o Senhor Presidente se referira à putativa hipótese de criar centros de vacinação e que ainda não houvera da parte da Saúde essa intenção, apesar da disponibilidade demonstrada para o fazer, só podia dizer que a vacinação estava muito bem organizada e não se verificou qualquer falha, permitindo mesmo a antecipação. Disse ainda que na situação presente, em Rio Maior, e pela forma como tudo está organizado, a vacinação está a correr muito bem e quem diga o contrário está a ser injusto. Relevou o excelente profissionalismo, atenção e simpatia dos profissionais de saúde para com os vacinados.-

----- VEREADORA VERA ALEXANDRA DA COSTA SIMÕES -----

----- De novo no uso da palavra referiu-se ao email que o Senhor Presidente da Câmara enviara para o Gabinete do Senhor Primeiro-Ministro e agradeceu a partilha do seu conteúdo, questionando a propósito, e, partindo do pressuposto que a solicitação vai ser aceite, na hipótese de o número de casos baixar para menos de cento e vinte mil, por cem mil habitantes, se Rio Maior conseguiria passar logo para a fase do dia 3 de maio, ou teria ainda de passar pelas outras fases.-----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Interveio para informar que nos termos da análise feita ao Decreto-Lei, não está implícito que haverá essa necessidade.-----

----- ORDEM DO DIA -----

----- PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- (Não foram presentes Despachos para ratificação). -----

----- PONTO II – ESTRATÉGIA RIO MAIOR 2030, PARA O DESENVOLVIMENTO / ECONOMICO DO CONCELHO DE RIO MAIOR -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, concordar com a proposta de Estratégia para o Desenvolvimento Económico | Rio Maior 2030 e submeter à Assembleia Municipal para aprovação no âmbito das suas atribuições e competências em matéria de planeamento e desenvolvimento.-----

----- Ainda sobre o documento em apreciação disse que o mesmo era um ponto muito rico no conteúdo e na discussão política. -----

----- Disse que Rio Maior, a Câmara Municipal e o Executivo tinham sentido, que findo o quadro de apoio Comunitário 2020, tornava-se essencial começar desde já a planear os próximos dez anos, com rigor, com uma nova visão e uma maior ambição, com sentido critico e definindo aquilo que se pretende fazer. Assim, o Executivo com

pelouros, planificou para a sua área o que pretendia desenvolver e o referido documento nasce do trabalho desenvolvidos pelos Vereadores e pelo Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Posteriormente foram feitas audições, reuniões e quatro seções temáticas com diferentes pilares de desenvolvimento que foram essenciais para reunir contributos de trabalho dos diversos *players*, dos variados setores. Disse ainda que não se conseguindo ouvir todos, foi feita uma seleção de pessoas de várias áreas que têm contribuído ao longo do tempo para que Rio Maior possa continuar nesta senda de desenvolvimento. Referiu também que este documento nasceu da sinergia entre toda a sociedade e será um plano de desenvolvimento económico do Concelho de Rio Maior.

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio referindo-se às palavras do Presidente da Câmara, que disse que este tema poderia suscitar uma intervenção racional e muito interessada da parte de todos, aditando que, efetivamente, o documento em apreciação deve suscitar o maior interesse de todos os que estão na política e que perseguem o caminho e o desejo de intervenção pública e de agir em função de ideias e projetos, de iniciativas e de investimentos que possam melhorar a vida e as condições de trabalho de todos os que habitam e trabalham em Rio Maior. Assim, disse que era aí que residia a sua análise e a sua perplexidade sobre um tema tão importante e que irá ter impacto nos próximos dez anos referindo o esforço e o trabalho desenvolvido de planeamento estratégico para o Concelho de Rio Maior.-----

----- Lembrou que em reuniões de Câmara anteriores, tinha tido a oportunidade de questionar o Executivo sobre o caminho que iria ser tomado porque se impunha uma tomada de decisão e ação, com uma iniciativa de auscultação da sociedade civil, considerando que nos últimos tempos Portugal tem dado passos muito consistentes neste planeamento 2030, com a famosa “bazuca”, de alguns milhões de euros para Portugal, tornando-se necessário decidir em que áreas se irá investir. -----

----- Disse que no preâmbulo do referido documento que tem cerca de sessenta e três páginas, está mencionado que “Rio Maior 2030 - Estratégia para o Desenvolvimento Económico é o resultado de uma ação conjunta, entre a Câmara Municipal e as forças vivas do Concelho de Rio Maior”, e, nesse sentido, recordou que na última reunião de Câmara questionara se as forças políticas/partidárias, legítima e democraticamente eleitas, com assento nos diversos órgãos, Câmara Municipal, Juntas de Freguesia, ou seja, se as Autarquias Locais iriam ser ouvidas e se iriam ter oportunidade de se pronunciarem sobre o referido documento, para enriquecimento do mesmo, ao que o Presidente da Câmara respondeu que, obviamente, iriam ser ouvidos. Continuou

dizendo que tinha ficado surpreendido com este ponto porque é um ponto fechado, com um documento anexo e sobre o qual teriam de se pronunciar, para posteriormente ser submetido à Assembleia Municipal do próximo sábado dia vinte e quatro. -----

----- Dirigiu-se aos Vereadores e ao Presidente da Câmara, referindo que não tinha ficado entusiasmado com o tema, porque deveriam ter sido convocados para um trabalho verdadeiramente colaborativo, no entanto, estava estupefacto, apreensivo e perplexo, pela forma como este tema foi conduzido. -----

----- Continuou dizendo que havia um conjunto de forças vivas, institucionais e associativas que representam um determinado conjunto de atividades importantes do concelho que deveriam ter sido ouvidas, bem como todos os cidadãos, sem exceção, dizendo que era por isso que existiam processos de auscultação e processos participativos de consulta pública, uma vez que era impossível reunir com a totalidade da população, no entanto, desta forma é possível fazerem chegar as suas ideias e sugestões de trabalho. -----

----- Disse que os Vereadores do PS (Partido Socialista), que foram eleitos e que têm o privilégio de poder servir a causa pública, e de dar contributos, gostariam de ter tido um tratamento de deferência, de humildade e de elevação democrática, gostariam de ter sido chamados a participar para darem também os seus contributos. -----

----- Disse também que este era um documento de trabalho para os próximos dez anos, por conseguinte, considerava grave e deselegante do ponto de vista do relacionamento democrático, que os Vereadores do PS, eleitos e com assento na Câmara Municipal, bem como outros autarcas das Juntas de Freguesia, não tenham sido ouvidos, porque neste documento isso não fica evidenciado. -----

----- Continuou dizendo que os autarcas, os Presidente de Junta e outros eleitos do concelho de Rio Maior, não foram ouvidos para a elaboração deste documento. -----

----- Referiu que no início do documento estava enunciado um conjunto de agradecimentos a pessoas que colaboraram nas suas áreas de intervenção, nomeadamente a Indústria e Serviços, Turismo, Ação Social, Saúde, Educação, Cultura e Desporto. -----

----- Questionou o Executivo se apenas estas pessoas tinham participado nas reuniões *online* e tinham sido ouvidas, ou se haviam outras pessoas, de outras instituições e que representam interesses legítimos em áreas de intervenção do Concelho que também tivessem sido ouvidas, porque ao analisar o documento não constavam os representantes das Escolas, no capítulo da Educação e da Cultura, também no capítulo da Indústria e Serviços, não constavam os representantes da Associação Empresarial e Comercial do Concelho de Rio Maior, assim como a Associação dos Agricultores de Rio Maior, o Parque Natural da Serra de Aire e Candeeiros. Também na área do Turismo

não constavam os representantes de entidades tão importantes como a Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo e o Turismo de Portugal, não obstante saber que existe um relacionamento direto e frequente com estas Instituições. Opinou que não faz sentido que este documento para um horizonte de dez anos, não tenha evidenciado o pensamento estratégico e não tenha envolvido este conjunto de Instituições. -----

----- Analisando o documento verificavam-se algumas opções corretas, no entanto haviam outras ideias e outros projetos que não foram identificados, e por isso, discordava, e, tendo em conta o relacionamento e dialética habitual e a interação nas reuniões de Câmara, pensa que se podiam aprofundar noutros momentos menos formais, daí lamentar profundamente o facto deste assunto ter sido suscitado desta forma que considerou “aos trambolhões e atabalhoada”, porque no texto publicado no *site* da Câmara Municipal, com a data de um de abril de dois mil e vinte um, refere que a sociedade civil foi ouvida, com um esforço enorme de auscultação das forças vivas, e, em dez dias, foi traçado o desenvolvimento do Concelho de Rio Maior para os próximos dez anos. -----

----- Mais uma vez disse que lamentava profundamente o facto de não ter sido ouvido, que o PS, não tenha sido ouvido, que outras forças políticas e partidárias e outras Instituições também não tenham sido ouvidas. -----

----- Continuou dizendo que era importante planear e que este exercício era fundamental, era uma imposição ao nível da ética e deontologia profissional de um planeamento estratégico, considerando o financiamento previsto para diversas atividades como educação, cultura, comércio e serviços, referindo que quando viesse a tal “bazuca” era necessário haver um documento que definisse as prioridades. -----

----- Finalizou a intervenção considerando que este trabalho não foi feito da melhor forma, do ponto de vista da sua eficácia técnica, operacional e estratégica, bem como da interação e diálogo democrático entre forças políticas e partidárias que se respeitam e que se deveriam valorizar mutuamente, porque é do coletivo e do grupo que nasce uma boa solução. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio referindo que o Vereador Daniel Pinto tinha tecido alguns comentários e começou por fazer uma intervenção política, não diretamente relacionada com o tema.

----- Assim, sobre a suposta “bazuca” disse que o impute que era espetável acontecer de meios financeiros para Portugal, e de acordo com a estratégia europeia era poderem ser distribuídos pelos investimentos. -----

----- Continuou dizendo que iria fazer uma consideração mais política e ideológica, porque considerava que quem estivesse no cargo de Presidente de Câmara, seria um grande aporte com possibilidade de realizar coisas que são necessárias para o País,

não obstante, e de acordo com o que é espectável que aconteça no final desta catástrofe sanitária, é que venham tempos sociais desafiantes, em que as empresas terão grandes dificuldades, e, portanto, como “mero” Presidente de Câmara, mas com responsabilidades e possibilidade de tomar esta decisão, não colocaria nunca o Estado Português, numa autofagia, em que a “bazuca” é grandemente encaminhada para os serviços centrais e descentralizados do Estado, sendo este o grande consumidor da mesma. Disse que este era um ponto que gostaria de salientar, apenas e só para manifestar a sua opinião. -----

----- Dirigiui-se ao Vereador Daniel Pinto, dizendo que iria fazer algumas considerações porque certamente iriam discordar em algumas aspetos, começando por dizer que um Plano Estratégico será sempre um documento em constante construção e mau seria se não estivesse aberto para ser construído, reconstruído e polido à medida que o tempo avança, no entanto, o que está no referido Plano são linhas mestras de desenvolvimento que o Grupo de Trabalho, com os contributos recolhidos, construiu, não obstante, e como qualquer outro documento provisional deve ter a elasticidade necessária por forma a ir puxando para o Concelho o melhor possível, a cada momento. -----

----- Disse que este era um documento que estava fechado, não obstante, a sua revisão e revisitação, poderá e deverá ser feita sempre que se entenda ser necessário. -----

----- Continuou dizendo que no serviço da causa pública, aceitava a critica de não terem sido ouvidos os partidos políticos, no entanto, foi dada preferência à audição presencial da sociedade “civil”, por conseguinte, se não deu contributos, podia tê-lo feito, não obstante, poderá dizer que foi eleito Vereador da Câmara Municipal e gostaria de ter tido um tratamento diferencial, disse que poderia perceber esta opinião, concordar ou não com ela, mas na verdade foram ouvidos os principais “players” dos diferente setores.-

----- Disse ainda que acreditava que muitas vezes os Planos Estratégicos não resultam porque são definidos por quem pensa que os seus concelhos são de determinada forma, quando na verdade, o País real, não funcionam bem assim, e o que se quis fazer com os Riomaiorenses foi um documento de Rio Maior. Disse também que não era possível fazer uma audição para ouvir toda e qualquer entidade que contribua para o desenvolvimento do concelho, seria um exercício teoricamente impossível de ser praticado porque o concelho de Rio Maior se envolve com milhares de entidades que contribuem para que o desenvolvimento do concelho aconteça. -----

----- Ainda no uso da palavra, disse que todos tinham noção daquilo que se pretende fazer, ou seja, os Vereadores com pelouros, o Presidente, os serviços da Câmara Municipal e outros contributos que nos chegaram, permitem que este documento não fique deficiente pelo facto de não terem sido ouvidos todos e quaisquer uns presencialmente, não obstante, a possibilidade de fazerem chegar contributos ao

Executivo, existiu. Disse que reconhecia que podia ter existido uma abertura diferente para os Vereadores sem pelouros, no entanto, opinou que se estava a discutir mais a forma que o conteúdo, pese embora, consiga compreender todas as críticas ou sugestões de melhoria que o Vereador Daniel Pinto fez, contudo, e relativamente ao documento, opinou que este estava muito bem construído, bem pensado e com grande possibilidade de ser implementado, opinando que era a grande diferença entre a razoabilidade e a execução dum Plano que fosse apenas para “inglês” ver e apenas para ficar na prateleira. -----

----- Continuou referindo que tinha ouvido nos vários fóruns, uma ou outra crítica, em que era posto em causa o porquê do documento ter sido elaborado perto das Eleições, esclarecendo que assim foi porque é neste momento que ele é necessário, tendo em conta que o “Plano 2020” está a terminar e o “Plano 2030” está a começar. -----

----- Outra crítica que ouviu é que este Plano serviria para ser instrumento de campanha, no entanto, e partindo do princípio que o documento será aprovado em reunião de Câmara, e, posteriormente aprovado também em Assembleia Municipal, momento a partir do qual passará a ser um documento estratégico da Câmara Municipal, válido para todo e qualquer candidato que o considere um documento útil em campanha.

----- Referiu ainda que, caso o Executivo pretendesse fazer campanha com este documento não o traria a público e seriam as opiniões do grupo partidário que representa e não as opiniões da Câmara Municipal, porque a partir do momento em que o documento seja aprovado nos órgãos próprios, será um documento oficial do concelho de Rio Maior, do seu Município e de todos os eleitos. -----

----- Terminou dizendo que divergiam na forma e em alguns aspetos tinham leituras diferentes, mas estão de acordo que ainda há muita coisa que poderá ser melhorada. Disse que trazia para apresentação e votação, aquilo em que acreditavam em conjunto com as pessoas que foram ouvidas e que será uma excelente estratégia para Rio Maior, continuar na senda de crescimento que tem tido. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria dos presentes**, com cinco votos a favor e dois votos contra, com **Declaração de Voto** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, **subscrita** pela Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões e **Declaração de Voto** da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Tomamos o sentido de voto contra a proposta Rio Maior 2030, porque concordando com algumas das ideias, ações e eixos estratégicos que são apresentados, não podemos deixar de manifestar a nossa discordância e o nosso desconforto perante duas situações relevantes: os Vereadores eleitos pelo Partido

Socialista e os Autarcas das Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia eleitos pelo Partido Socialista, tanto quanto percebemos e nos é evidenciado neste documento, não foram ouvidos, e, por isso, nós consideramos que a Democracia ainda se faz com um trabalho muito ativo e muito colaborativo entre visões políticas e partidárias e portanto consideramos que os partidos políticos, todos eles, PS, (Partido Socialista), CDS (Partido do Centro Democrático Social), Bloco de Esquerda, Partido Comunista e movimentos independentes, deveriam ter sido ouvidos na construção de um documento tão importante para a estratégia de futuro para Rio Maior, para um horizonte de cerca de dez anos, preparando Rio Maior para os grandes desafios que se avizinham, nomeadamente ao nível da garantia da sustentabilidade financeira, para financiamentos de projetos e até na própria conceção e na própria orientação dos caminhos a tomar. -----

----- Por outro lado, dizer que este documento, no fundo, e também pela razão que anteriormente referi, não reflete o meu pensamento, não reflete o pensamento do Partido Socialista, portanto não poderíamos manifestar a nossa concordância com isso mesmo, e aqui termina a nossa declaração de voto”. -----

----- Continuou dizendo que de facto existiam diferentes análises das situações, acrescentando que tinha havido uma falha, porque enquanto Vereadores da Oposição em determinados momentos deveriam ser chamados e convocados. -----

----- Opinou que não deveriam ser os Vereadores a pedir reuniões, lembrando ao Executivo que também tinham ideias e opiniões e que estavam disponíveis, esta situação não deveria partir dos Vereadores, mas sim de quem tem a maioria e a liderança da Câmara Municipal, que deveria ter essa delicadeza e sentido de humildade democrática de os chamar a participar, quer neste ponto, ou a título de exemplo, no processo do prémio Poeta Ruy Belo. Acrescentou que a resposta do Presidente da Câmara Municipal, era, sistematicamente, que poderíamos ter apresentado opiniões, porque existe um período de discussão pública, no entanto, essa era uma forma administrativa de fazer chegar e dar voz ao comum dos mortais, ou seja aquelas pessoas que não têm voz nas reuniões, que não têm tempo e disponibilidade, no entanto, nós estamos aqui, fomos eleitos, por isso deveríamos ter tido outro tratamento, até por uma questão de eficácia operacional de materialização das ideias. Terminou dizendo que deixava esta sugestão para futuro. -----

----- **Declaração de Voto da Vereadora Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo,** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Ao contrário do que estava decidida a fazer, votei favoravelmente, não sem antes pôr as seguintes questões: quando li o documento gostava de saber como foram ouvidos os munícipes uma vez que, se o Senhor Presidente diz que mandou e-mails,

foi o que eu percebi, mas eu não recebi nenhum ou se foi uma seleção aleatória, não faço ideia. -----

----- Contudo, também, e como foi referido pelo Vereador Daniel Pinto, não foram ouvidos, que eu saiba, os representantes dos Partidos, uma vez que são parte integrante das forças vivas do Concelho, por outro lado, como Vereadora também não fui, o Senhor acha que a decisão tomada não foi nesse sentido, a qual aceito. Contudo não tenho a mesma opinião, apesar de já ser tradição que sendo eleita pela Coligação pela qual o Senhor Presidente é agora eleito, nunca fui ouvida para nada. Mas, sou uma pessoa segura das minhas opiniões, penso por mim e como diz o Hino da Juventude Popular, “completamente livre e solta”. -----

----- O Senhor já explicou em passos gerais como foi organizada esta auscultação às forças vivas do Concelho, mas também disse que uma primeira parte foi através dos Vereadores de cada pelouro que fizeram uma elencagem de possíveis objetivos e possíveis estratégias a implementar no futuro, se essas estratégias elencadas por vós, depois foram debatidas ou alvo de debate com as forças vivas ouvidas, não sabia, e parece-me que estes objetivos, muitos deles são viáveis e comuns a todos nós, contudo o tempo em que foi feito, consideraria record, não fosse a morosidade que este tipo de estudos requer.-----

----- Perspetivando-se os destinos do nosso Concelho a aplicação dos próximos Fundos Comunitários têm que estar perfeitamente amadurecidos, e, apesar de ser uma Declaração de Voto, e, como o Senhor disse quando respondeu ao Vereador Daniel Pinto, que a partir deste momento em que está aprovado torna-se um documento público da Câmara Municipal, mas também é público para quem assim o entender que seja e fazer uso dele, daí que, com esta declaração singela que o Senhor fez, e, apesar de todos os considerandos anteriormente postos, foi o que me fez alterar a minha intenção de voto da abstenção para o voto favorável”. -----

----- PONTO III - PROPOSTA FINAL DO PLANO DE PORMENOR NA MODALIDADE DE INTERVENÇÃO EM ESPAÇO RURAL DA PORTELA DAS SALGUEIRAS. -----

----- O Vice-Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, submeter a proposta final do Plano de Pormenor na Modalidade de Intervenção em Espaço Rural da Portela das Salgueiras, à Assembleia Municipal para efeitos de aprovação, nos termos do n.º 1 do artigo 90º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT). -----

----- Esclareceu que o Plano de Pormenor, já tinha vindo a Reunião de Câmara, antes de ter sido colocado a discussão pública, no entanto houve duas entidades que participaram na discussão pública e apresentaram algumas propostas. -----

----- Posteriormente veio novamente a reunião de Câmara a Proposta final, e o passo

seguinte seria submete-lo à Assembleia Municipal para aprovação, no entanto, houve uma Junta de Freguesia, que reclamou da decisão, interpondo que deveria ser aceite a pretensão que tinha apresentado, e o Plano foi novamente para análise. -----

----- Tendo em conta que a pretensão apresentada pela da Junta de Freguesia, o Plano teria de ser novamente submetido a decisão de concertação com as diversas entidades, as quais não concordaram com a alteração apresentada. Assim, o que está presente para aprovação é uma proposta idêntica àquela veio à ultima reunião de Câmara. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio, referindo que todos percebiam a bondade que estava em causa, sendo uma iniciativa que pode e deve ser alargada a outras áreas do concelho de Rio Maior e até a outros concelhos, uma vez que se trata de uma zona da Serra de Aire e Candeeiros, que tem sido uma “chaga” paisagística, mas que resulta de uma atividade económica importante, que terá de ser acautelada, uma vez que é a garantia de sustento e viabilidade de permanência de um conjunto de pessoas e de famílias numa determinada zona, por isso, será necessário encontrar um ponto de equilíbrio entre a economia e o ambiente. -----

----- Continuou, dizendo que todas as intervenções de pormenor ao nível da recuperação ambiental e paisagística eram bem vindas e por isso um bem haja, por esta iniciativa que se arrastou durante anos, estar agora a chegar a bom porto. -----

----- No entanto referiu que tinha algumas dúvidas, nomeadamente no ponto introdutório relativamente ao período de auscultação e consulta pública. -----

----- Referiu que houve duas participações uma da Junta de Freguesia de Alcobertas outra da empresa Rui Pedra. Posteriormente houve uma análise da Câmara Municipal de Rio Maior às pretensões, depois houve também uma comunicação em que a Junta de Freguesia contestou a decisão, alegando que iria provocar danos de *timings* do processo, no entanto, no parecer da Técnica da Câmara Municipal, é referido que a qualquer momento pode haver reversão ou supressão dessas dificuldades. -----

----- Continuou dizendo que não estava identificado no documento qual tinha sido a pretensão que a Junta de Freguesia de Alcobertas contestou e que não foi aceite pela Câmara Municipal. Disse que lhe parecia que tinha a ver com os escombros e zonas de operação de depósito dos escombros, pelo que solicitou esclarecimentos ao Executivo sobre esta questão. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para responder à questão colocada pelo Vereador Daniel Pinto, dizendo que este tipo de Planos de Pormenor, são de iniciativa privada, que são apresentados à Câmara Municipal, que os submete superiormente. Este Plano foi desenvolvido no

concelho de Rio Maior, tendo sido desenvolvida outra parte no concelho de Alcobaça, uma vez que parte destas infraestruturas (pedreiras), abrangem mais do que um concelho. E, quando se diz que este é um documento aberto, é na perspetiva de que qualquer Plano de Pormenor pode ser alterado, dando como exemplo o Plano de Negócios do Parque de Negócios, que para resolver a situação da Generis foi feita uma alteração ao Plano para a junção de lotes, por isso referiu que qualquer Plano de Pormenor não pode ser fechado. -----

----- Neste caso concreto, a Junta de Freguesia de Alcobertas gere um terreno, onde houve uma deposição irregular de escombreciras, ou seja, de restos de pedreiras, e foi intenção das empresas que apresentaram a proposta que esta zona não deveria ser zona de extração, mas sim zona de aterro e de recuperação ambiental. No entanto a Junta de Freguesia pretendia que o local onde foi feita a deposição ilegal de escombros fosse considerada zona extrativa, mas as entidades não concordaram e consideram que, uma vez que houve deposição ilegal, teria de se fazer uma recuperação paisagística do local. Ou seja, após a concertação e discussão pública, não pode haver alteração do uso do solo, neste caso concreto, passar de uma zona a recuperar, para uma zona de extração, seria alterar o uso do solo, e, por conseguinte, teria de se obter junto das entidades essa aprovação, que já anteriormente se tinham pronunciado desfavoravelmente a esta alteração. -----

----- Terminou referindo que neste momento a Junta de Freguesia de Alcobertas já não era parte interveniente no processo, cabendo à Câmara Municipal tomar essa decisão, e nesta perspetiva, considerou que prolongar esta situação por mais tempo e reativar o processo seria retroceder vários meses o que iria prejudicar estas empresas, sendo preferível avançar desta forma, e mais tarde, se houver necessidade e for considerado pertinente, abrir-se-á um processo de alteração do Plano de Pormenor, mas só será possível se as entidades acederem à referida pretensão. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade dos presentes**, com **Declaração de Voto** do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto, subscrita pela Vereadora Vera Alexandra da Costa Simões. -----

----- **Declaração de Voto do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto**, que se transcreve na íntegra: -----

-----“Optámos pelo sentido de concordarmos com a proposta que é apresentada, no pressuposto, que é a solução que melhor garante os interesses de recuperação paisagística e ambiental da zona em causa, sendo certo que aos operadores económicos devem ser também acautelados os seus interesses, e, a Câmara Municipal, em sintonia com as outras instituições de gestão territorial, devem garantir sempre o ponto de equilíbrio entre o Ambiente e a Economia”. -----

----- PONTO IV - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DA VILA DA MARMELEIRA. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: -----

----- a) aprovar o projeto de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila da Marmeleira, e submeter a aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 7º e do n.º 1 do artigo 13º do Decreto – Lei n.º 307/2012 de 23 de outubro, na sua redação atual. -----

----- b) definir, nos termos do artigo 14º do Decreto – Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na sua redação atual, a atribuição dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), conforme descrito no ponto 6 – Benefícios Fiscais do projeto de delimitação da ARU da Vila da Marmeleira. -----

----- Sobre este ponto disse que o mesmo deveria envaidecer todos, considerando que a Vila da Marmeleira é membro de uma União de Freguesias, e, enquanto Freguesia e centro histórico da mesma, é uma Vila de traça única do Concelho de Rio Maior e com alguns problemas e desafios na área de recuperação de imóveis que já começa a ser feita. -----

----- Saudou o Senhor Joaquim Marcelino que estava presente na Reunião de Câmara, referindo que cada vez que uma casa é recuperada faz questão de publicar na sua página pessoal e também faz chegar à Câmara Municipal essa informação. -----

----- Disse que a Câmara Municipal pretendia incrementar a recuperação de imóveis no seguimento do que o privado tem vindo a fazer, dando obviamente melhores condições para que isto possa acontecer com mais rigor, qualidade e frequência. -----

----- Disse ainda que todos conheciam a Vila da Marmeleira, nomeadamente o seu centro histórico, e, sem querer ser injusto com as outras freguesias, referiu que era porventura dos centros históricos do meio rural o mais característico e interessante arquitetonicamente e é intenção mantê-lo e fazê-lo proliferar ainda mais. -----

----- Para terminar referiu que a Junta de Freguesia da União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz, tem sido, desde o princípio, parceira neste projeto e congratulou-se por finalmente se conseguir trazer a reunião de Câmara esta proposta de delimitação da área de Reabilitação Urbana, que fornece uma série de instrumentos para se trabalhar e que muito deverá agradar também aos Marmeleirenses. Disse que era com muito orgulho que traziam este ponto a reunião de Câmara. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO -----

----- Interveio felicitando a Câmara Municipal, por esta iniciativa e dizendo que todas estas ações que cruzam o grande objetivo de apoiar a recuperação de património de edificações que estão a precisar de intervenção, e incentivar os proprietários a recuperar o seu património eram muito bem-vindas. Saudou esta iniciativa e referiu que a Câmara Municipal está bem quando programa as suas zonas urbanas, agrícolas ou outras, numa lógica de revitalização e recuperação. Disse que em tese estavam de acordo com a iniciativa, no entanto ao analisar o documento suscitara-lhe uma dúvida técnica e uma dúvida política. -----

----- A dúvida técnica tem a ver com a área de delimitação da reabilitação urbana da Vila da Marmeleira, porque no mapa apresentado, existem duas ruas que têm uma ocupação urbana considerável e que estão fora desta mancha, questionando o Executivo sobre qual a razão de ter ficado de fora uma parte da Rua Francisco Joaquim Correia e da Rua Bernardino Machado. Quanto ao resto, não tinham dúvidas, porque se percebe claramente que o edificado urbano para transição agrícola está claramente identificado. -----

----- Sobre a dúvida política questionou o Executivo se os eleitos de todos os partidos na Junta de Freguesia da Vila da Marmeleira, tinham sido ouvidos relativamente a esta proposta, porque, enquanto Vereador eleito, não tinha sido chamado para se pronunciar sobre esta área, considerando que teria sido uma boa iniciativa. -----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Interveio dirigindo-se ao Vereador Daniel Pinto, dizendo que quase que diria que não valeria a pena haver eleições, porque em bom rigor organizava-se um grupo de trabalho falavam todos sobre tudo e era uma congregação de vontades, discutiam-se os assuntos até se decidir o que quer que fosse, e, assim, em bom rigor, não haveriam responsáveis por nada. -----

----- Continuou dizendo que estas situações cumprem os requisitos a que são obrigados, e a Junta de Freguesia foi ouvida, no entanto, não fazia sentido ouvir a Assembleia de Freguesia, porque esta medida faz parte das competências da Assembleia Municipal. Referiu ainda que existiam órgãos eleitos com responsabilidades definidas na Lei, a quem cumpre deliberar sobre estas matérias. -----

----- Disse que a democracia participativa era das melhores coisas que a democracia Portuguesa, e não só, têm, não obstante, ela existe para que existam pessoas que possam carregar fardos que a sociedade, como um todo, não tem de carregar. -----

----- A ideia da “comuna”, é uma situação que lhe fazia confusão, ou seja, quando se toma qualquer decisão terem de se ouvir todas e quaisquer pessoas, sem respeitar aqueles que foram eleitos para o fazer, e quando o poder Executivo ouviu a Junta de Freguesia, parte do pressuposto que a freguesia também ouviu aqueles que deveriam

ter sido ouvidos, a fim de haver uma linha condutora de opinião e construtora de deliberação, porque se assim não fosse, não faziam falta as freguesias e seria a Câmara Municipal a substituí-las ou, também não fazia falta a Câmara Municipal e a sociedade como um todo, autorregulava-se, situação que todos sabem que não funciona assim, por conseguinte, disse que discordava da intervenção de deixar no ar a questão se foram ouvida todas as pessoas da Vila da Marmeleira, acrescentando que este era projeto conjunto, entre a Câmara Municipal e a União de Freguesias da Vila da Marmeleira e Assentiz. Disse que a Freguesia não foi só ouvida, como também foi parte integrante da construção da solução. -----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Interveio para responder ao Vereador Daniel Pinto, dizendo que, eventualmente, até poderia perceber, no caso do Plano de Desenvolvimento Económico não ter sido ouvido, no entanto, na situação da ARU, disse que Rio Maior tinha três ARUs, (Áreas de Reabilitação Urbana), e nunca tinha sido colocada esta questão, porque quando se toma a decisão política de avançar para uma ARU, estas assentam fundamentalmente em critérios técnicos. Disse ainda que em Rio Maior também não se tinha feito uma ARU da cidade toda, existindo três ARUs, e a última que foi feita, resultou de uma necessidade, acrescentado que, relativamente à Vila da Marmeleira, e se houver necessidade poderá ser feita outra. -----

----- Continuou dizendo que na ARU da Vila da Marmeleira, o Presidente da Junta de Freguesia teve uma intervenção fundamental, e também os técnicos da CIMLT (Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo), que vão trabalhar na definição do projeto, conjuntamente com os técnicos da Câmara, caso seja aprovada a ARU em Assembleia Municipal. Assim, a proposta que se apresenta e que poderá ser validada, é uma proposta técnica que só se inicia após a aprovação da Assembleia Municipal, contudo os benefícios fiscais a nível de IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis), IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis), IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado), e a nível do financiamento que a ARU representa, tem eficácia a partir do momento da aprovação pela Assembleia Municipal. -----

----- Terminou a sua intervenção dizendo que se estava a dar um passo em frente, na descentralização nomeadamente com a construção da ARU, no entanto, a Câmara Municipal já demonstrou ao nível de outras áreas que continua a descentralizar. -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para dizer que as intervenções do Presidente da Câmara e do Vereador Lopes Candoso, vieram reforçar o seu pensamento ou seja os Vereadores da Oposição não estavam todos os dias na Câmara Municipal, por conseguinte, não acompanham os processos e não estão sistematicamente a dialogar sobre estes assuntos, por isso

era natural que quando são convocados a tomar uma posição, tenham interesse e sentido de responsabilidade e de acordo com a melhor informação poderem formar a sua opinião. -----

----- Continuou para manifestar admiração e questionar qual a razão desta área de delimitação territorial excluir duas ruas que eram relevantes e importantes nesta zona urbana, uma vez que não teve acesso à informação e não foram partilhadas as razões.- Disse ainda que a intervenção do Vereador Lopes Candoso também não partilhara essas razões, porque critérios técnicos eram uma mão cheia de nada, reforçando que as suas dúvidas não tinham sido esclarecidas. -----

----- **CLARA RAMALHO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Interveio para prestar esclarecimentos sobre as duvidas colocadas pelo Vereador Daniel Pinto, dizendo que os critérios têm como base o local e a análise do local, ou seja, foi feito um levantamento no local de toda a área que estava a necessitar de reabilitação, porque as áreas de reabilitação não são as áreas urbanas, mas sim as áreas com carências para reabilitar. -----

----- Continuou dizendo que foi feito um estudo do local com os técnicos da Câmara Municipal e da CIMLT, e, em parceria, estabeleceu-se os limites das zonas que eram prioritárias de reabilitar, não só a parte privada, mas também a parte de infraestruturação pública. -----

----- Terminou a intervenção referindo que as ruas que estavam excluídas eram ruas com um tecido mais novo e que foram as últimas a serem exploradas, no entanto nada exclui que daqui a uns anos possam vir a ser incluídas outras áreas para serem reabilitadas. Neste momento foi o casco mais antigo e mais danificado que foi selecionado criteriosamente para ser reabilitado. -----

----- A Vereadora **Maria Leonor Magalhães Fragoso**, ausentou-se da sala de reuniões durante a votação.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- A Vereadora **Maria Leonor Magalhães Fragoso**, regressou à presente reunião.--

----- **PONTO V - EMPREITADA DE REQUALIFICAÇÃO DA FRENTE RIBEIRINHA |2º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO CONTRATUAL A TÍTULO GRACIOSO** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, aprovar, a titulo gracioso, a 2ª prorrogação ao prazo contratual da Empreitada de Requalificação da Frente Ribeirinha, por mais 31 dias, passando o mesmo a terminar em 31/05/2021. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO VI - ISENÇÃO DAS TAXAS RELATIVAS A OCUPAÇÃO DE ÁREA EM ESPAÇO PÚBLICO | REGIME EXCEPCIONAL NO ÂMBITO DA PANDEMIA DA DOENÇA COVID-19;----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito das medidas de apoio do combate às consequências económicas resultantes da pandemia da doença COVID-19 e ao abrigo do n.º 1 do artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, na sua redação atual: -----

----- Conceder a isenção das taxas referentes à ocupação de espaço público com uma unidade móvel de restauração ou de bebidas não sedentária, de 12 de abril a 2 de maio, a Joaquim Jorge Duarte Dias, bem como conceder a isenção das taxas de futuros pedidos de ocupação de espaço público, efetuados para o mesmo efeito, pelo requerente, durante o ano de 2021, carecendo os mesmos de autorização prévia, nos termos do Regulamento de Publicidade, Outras Utilizações do Espaço Público e Mobiliário Urbano do Município de Rio Maior; -----

----- A anulação da receita arrecada, (Fatura/Recibo n.º FAT. 020/10 de 09 de abril) relativa à taxa de ocupação de espaço público com uma unidade móvel de restauração ou de bebidas não sedentária, de 12 de abril a 2 de maio, e consequente restituição do valor de € 294, (duzentos e noventa e quatro euros). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

---- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ----

----- PONTO VII - FUNDO DE MANEIO | CANIL MUNICIPAL 2021.-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a concessão de um fundo de maneo para o Canil Municipal, a fim de ocorrer a pequenas despesas urgentes e inadiáveis, no valor de € 500, (quinhentos euros), sendo a titular a Assistente Técnica, Susana Margarida Carvalho Sousa, substituída nas suas faltas e impedimentos pela Assistente Operacional, Lívia Cristina Pereira Vélez Vitorino do Carmo.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. -

----- PONTO VIII - AUXÍLIOS ECONÓMICOS AO 1º CICLO | ANO LETIVO 2020/2021-----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a transferência de verba referente a auxílios económicos ao 1º ciclo, ao Agrupamentos de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva, no valor de 33,60€, (trinta e três euros e sessenta).

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO IX – SUPLEMENTO REMUNERATÓRIO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE
| PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é: -----

----- 1. Aprovar as áreas e funções que preenchem os respectivos requisitos e o reconhecimento da qualificação do Nível de Penosidade e Insalubridade, tendo por base a valoração do risco profissional e o correspondente nível de penosidade e insalubridade, com base no Parecer Técnico emitido pela empresa de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, e os valores respeitantes à atribuição de suplemento remuneratório de insalubridade ou penosidade, nos termos e fundamentos apresentados e de acordo com o documento junto que constitui o Anexo III da presente proposta; -----

----- 2. Submeter, resultante da eventual aprovação do numero anterior, a 1.^a alteração do Mapa de Pessoal do ano de 2021 à Assembleia Municipal para aprovação, com a identificação e justificação dos postos de trabalho abrangidos pelo regime jurídico previsto no n.º 4 do artigo 24.º da LOE2021, atento o disposto no n.º 4 do artigo 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro e na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme Anexo V que faz parte integrante da presente proposta. -----

----- A atribuição do presente Suplemento Remuneratório produz efeitos a partir da deliberação do Órgão competente. -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- PONTO X - LISTA DEFINITIVA DE CANDIDATOS ÀS RENOVAÇÕES - BOLSAS DE ESTUDO PARA OS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR – ANO LETIVO 2020-2021. -----

----- PRESIDENTE DA CÂMARA -----

----- Sugeriu aos Vereadores que a discussão do ponto X e XI fosse feita em conjunto, considerando que os mesmos estão interligados, sendo a votação feita de forma separada após a discussão. -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito do previsto no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os/as Alunos/as do Ensino Superior,

e com base nos fundamentos expostos na informação em apreço, aprovar a lista definitiva dos 6 candidatos/as admitidos/as para a renovação das Bolsas de Estudo – ano letivo 2020-2021. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR DANIEL ALEXANDRE PULQUÉRIO PINTO** -----

----- Interveio para reforçar algumas ideias que considerava relevantes para uma melhor gestão desta intervenção da Câmara Municipal no apoio financeiro aos alunos do Ensino Superior que se candidatam porque merecem e precisam, e que através deste apoio, irão garantir melhores condições de frequência neste nível de ensino, materializando os seus objetivos e os seus sonhos. -----

----- Continuou questionando o Executivo, do ponto de situação, face a uma análise do valor absoluto de apoio atribuído nos últimos anos, recordando que no início do mandato a Câmara Municipal começou com vinte bolsas e porque se espera que quando se tomam estas iniciativas, se ambicione ir sempre mais além. Referiu também que tinha percebido que eram cerca de vinte bolsas e que foram selecionados seis alunos, tendo ainda restado catorze lugares de apoio. Acrescentou que no início do mandato existiam vinte bolsas e no final do mandato continua a ser o mesmo número de bolsas, daí questionar qual foi a evolução dos alunos bolseiros do Ensino Superior. -----

----- Sugeriu mais uma vez que se deveria promover uma gestão de relacionamento entre os alunos, porque considerava que seria interessante a Câmara Municipal de Rio Maior valorizar este capital humano que optou por um caminho de exigência e sacrifício de estudo e de desbravar novos territórios, afirmando que do ponto de vista do interesse público e coletivo para o Concelho de Rio Maior, existe um significado que deveria ser aproveitado e maximizado. -----

----- Finalizou a intervenção sugerindo também que todos os anos deveria existir um encontro com os alunos de Rio Maior que prosseguiram estudos no Ensino Superior, por conseguinte, o pelouro da Educação deveria dinamizar uma iniciativa de debate, reflexão e pensamento sobre Rio Maior. -----

----- **VEREADORA MARIA LEONOR MAGALHÃES FRAGOSO** -----

----- Interveio para esclarecer as questões colocadas pelo Vereador Daniel Pinto, dizendo que relativamente ao valor global de atribuição às Bolsas de Estudo, não tinha presente o valor exato, no entanto iria remeter posteriormente essa informação. -----

----- Sobre o número de Bolsas, disse que este Executivo, no presente ano letivo aumentou o número de Bolsas existentes, tendo passado de quinze para vinte, ou seja, mais cinco Bolsas. -----

----- Continuou referindo-se aos encontros de alunos Bolseiros que o Vereador Daniel Pinto sugeriu, e sobre esta questão informou que se tinha feito um acompanhamento

mais próximo com os alunos no sentido de procurar acompanhar o que estão a fazer, e perceber qual seria o rumo que se poderia dar a esses encontros, que passaria, eventualmente, por apresentarem os trabalhos que desenvolveram com a Bolsa, -----

----- Disse que esse trabalho está a ser feito, estando-se também a trabalhar na estratégia de se propor uma atividade em que os alunos possam ver reconhecido o seu esforço e empenho e que também o Município visse reconhecida a valorização que potenciou aos jovens. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **Ponto XI - ABERTURA DO PERÍODO DE CANDIDATURAS PARA NOVAS BOLSAS DE ESTUDO PARA ALUNOS/AS DO ENSINO SUPERIOR - ANO LETIVO 2020-2021.** -----

----- O Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, no âmbito do previsto no Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para os/as Alunos/as do Ensino Superior, e com base nos fundamentos expostos na informação emitida: -----

----- a) Nos termos do n.º 1 do artigo 7º do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo para Alunos/as do Ensino Superior que o período de candidaturas para novas atribuições decorra entre os dias 21 de abril a 7 de maio; -----

----- b) De acordo com o n.º 2 do artigo 10º do referido Regulamento, que a Comissão de Análise inicie os procedimentos de apreciação das candidaturas rececionadas no prazo limite de 10 dias úteis, findo o prazo do período de candidaturas definido na alínea anterior. -----

----- Mais deliberou que seja autorizado o envio de toda a documentação através de endereço eletrónico, utilizando o impresso próprio já disponibilizado para esse efeito no site da Câmara Municipal de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. ---

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do nº 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião.

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- Deu de seguida a palavra ao público presente para as intervenções e explicou as condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Câmara Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **JOAQUIM MARCELINO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Começou por agradecer à Câmara Municipal o facto de lhe ter permitido assistir à presente reunião, dizendo que tinha sido muito enriquecedora em termos de conhecimentos sobre o concelho de Rio Maior. -----

----- Continuou referindo que pedira a participação na reunião para falar da ARU da Vila da Marmeleira, dado considerar muito positivo a delimitação da referida área urbana, congratulando-se com a iniciativa que foi tomada sobre o assunto. -----

----- Ainda no uso da palavra disse que, além das duas ruas que o Vereador Daniel Pinto referiu, existe a Rua Cândido dos Reis que não tem o saneamento básico concluído e considerou que, se o objetivo é incentivar a reabilitação dos imóveis dos particulares, mas também o investimento público, seria muito positivo que a parte que falta da Rua Cândido dos Reis, fosse objeto de saneamento básico e incluída na totalidade da ARU, antes de ser presente à Assembleia Municipal.-----

-----**ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezasseis horas e trinta e nove minutos, o Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____